



Ele (a) é da igreja! Um outro olhar sobre a violência velada em algumas escolas públicas na Baixada Santista

Marco Aurélio Guimarães Gonçalves¹

Introdução

O trabalho apresenta a análise e a reflexão do autor sobre a violência nas escolas, tendo como referência a identificação do indivíduo/aluno, bem como, de sua família com uma determinada religião. Desse modo, o aluno vítima de algum tipo de violência na escola, só é reconhecido como vítima pelos membros de seu grupo religioso.

Em contrapartida, caso o aluno agressor pertença a algum desses grupos, sua postura é justificada pelos membros de seu grupo como necessária, correta ou mesmo, como defensiva em relação aos demais alunos **que estão com o diabo no corpo (grifo nosso)**.

As famílias corroboram o argumento acima, geralmente se utilizando do jargão “ele (a) é da igreja e não faz tal coisa! O outro aluno é culpado pois não vai na igreja!”²

Nesta perspectiva, a religião, enquanto referência de identidade para determinados grupos, é capaz de direcionar as ações e as percepções dos indivíduos (alunos e familiares) em relação aos demais indivíduos (alunos, professores, funcionários e equipe de gestão) das escolas analisadas. Assim, determinadas falas, gestos e atitudes vistos como violentos pelo elemento agredido, são justificados ou negados pelo agressor e/ou suas famílias, uma vez que, ele não faz parte de seu grupo religioso, e, por está razão, é diferente, não precisando ser respeitado.

Deste modo, a violência nos espaços escolares se torna, em grande parte das vezes, velada em razão de se constituir em um *problema pessoal*

¹ Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Especialista em Gestão Escolar pela UNICAMP. Licenciado em Pedagogia e História. Docente e Coordenador do Curso de Pedagogia na Faculdade Itanhaém (FAITA). Diretor de Escola titular de cargo da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Contato: aurelio.lelo2009@hotmail.com

² Palavras comumente utilizadas pelos pais e mães durante os atendimentos realizados pelos membros das equipes de gestão das escolas analisadas.



entre o agredido e o agressor, posto que, as relações entre ambos se pautam nos preceitos e doutrinas religiosas dos mesmos, fato este, responsável também pela intolerância em relação a outras religiões ou movimentos religiosos.

Para realização do trabalho, foi realizada a análise qualitativa dos relatórios de atendimento a alunos e pais, envolvidos em situações de violência nos ambientes escolares de algumas escolas da Baixada Santista (SP), balizada pela revisão bibliográfica de obras sobre violência escolar, identidade e influência da religião sobre os indivíduos e, intolerância religiosa.

Os resultados da análise evidenciam que, a violência nos espaços escolares indiferente da forma em que se apresenta, se relaciona diretamente com o grupo escolar, religioso e social a que o aluno está vinculado, sendo validada ou justificada em algumas situações, e, causa de discriminação e/ou exclusão em outras.

As diversas formas de violência na escola

Segundo Abramovay (et al, 2002, p. 118), a violência na escola deve ser considerada em sua dimensão sociocultural, onde se inter-relacionam três conjuntos de variáveis independentes: o institucional, o social e o comportamental. Neste sentido, o conjunto institucional compreende, entre outros grupos, a “escola e a família”, ao passo que, o social se refere a condições de “sexo, cor, emprego, religião, escolaridade dos pais, *status* socioeconômico”, e, o comportamental diz respeito à “informação, sociabilidade, atitudes e opiniões” dos indivíduos.

A violência na sociedade contemporânea adquiriu novas formas e condições, ultrapassando os limites da violência física e da coerção existentes desde a antiguidade, passando a existir em todos os espaços e, até mesmo, em dimensões não materiais, a exemplo da violência simbólica (OLIVEIRA, 2012).

Nesta perspectiva, podem ser consideradas como simbólicas, segundo Abramovay (et al, 2002, p. 119), as violências decorrentes da “quebra do diálogo e da capacidade de negociação” que interrompem os processos de



comunicação entre os indivíduos e, entre os diversos atores da comunidade escolar. Não obstante, é possível evidenciar que tem sido constante a ampliação da violência nos espaços escolares, sejam elas, verbais, físicas ou simbólicas, “em suas múltiplas formas de expressão, especialmente aquelas relativas às práticas institucionalizadas na sociedade, incluindo-se aí manifestações diversas de discriminação”.

Ainda de acordo com Abramovay (et al, 2002, p. 184),

A instituição escolar vem enfrentando profundas mudanças, com o aumento das dificuldades cotidianas que provêm tanto dos problemas de gestão e das próprias tensões internas quanto da efetiva desorganização da ordem social, que se expressa mediante fenômenos exteriores à escola, como a exclusão social e institucional, a crise e o conflito de valores e o desemprego.

De acordo com Silva e Salles (2010, p. 11), “na escola verificam-se vários tipos de agressão direta ou indireta [...] compactados em uma formatação em que todas as questões giram em torno do indivíduo, de sua aparência, de sua reputação, do que concerne particularmente à sua identidade”.

Sob esta égide, “a violência é seletiva e as violências nas escolas são também regulações inconscientes e institucionalizadas das relações sociais” (SILVA e SALLES, 2010, p. 19). Neste sentido, a violência na sociedade e, conseqüentemente, na escola, se constrói a partir da exclusão das diversas formas de mediação, e, principalmente, na exclusão do outro. Neste sentido, é possível destacar que os relacionamentos entre as pessoas se tornem acentuadamente mais restritos ao passo que as relações interpessoais se restrinjam cada vez mais, às comunidades de próximos e entre os iguais.

Em decorrência disto, na sociedade atual, e, na escola, “o compartilhar, aceitar ou mesmo tolerar o diferente tem limites restritos. Na demarcação das diferenças, nega-se que possa haver similaridades entre indivíduos e grupos diferentes” (SILVA e SALLES, 2010, p. 57). Recorrendo a estas autoras, é possível afirmar que, ao se ampliarem as diferenças, passa-se a uma hierarquização das identidades e, decorrente disso, a uma hierarquização das relações de poder entre os indivíduos.

De acordo com Silva e Salles (2010, p. 58), “a diferença permite imputar ao outro um atributo que o desfavorece e, assim, relaciona-se ao poder de



incluir/excluir, de pertencer/não pertencer, [...] de classificar em bons/maus [...]”. Partindo-se deste pressuposto, é possível afirmar que a diferença entre os indivíduos e grupos no interior dos espaços escolares é capaz de excluir os mais diversos atores, e, de maneira *sue generis*, resultar em violência em suas várias formas e dimensões, a partir do estabelecimento de identidades inferiorizadas.

Em relação à diferença social que se manifesta também nas escolas, Silva e Salles (2010, p. 59) afirmam que:

A diferença social pode gerar intolerância, preconceito, discriminação. Temos aí uma violência que surge pela intolerância ao diferente, que discrimina pobres, negros, homossexuais, maus alunos, rejeita gordos e feios. A diferença é o modo como, por comparação, se explicita uma não igualdade, enquanto o preconceito é o resultado de um juízo ou de uma concepção não problematizada, quando o diferente é transformado no desigual e no inferior.

Analogamente, a diferença em termos religiosos também pode resultar em violência nos ambientes escolares através do menosprezo e inferiorização dos indivíduos pertencentes a grupos religiosos diferentes daquele a que pertence determinado ou determinados alunos. Desta forma, a violência contra um aluno ou grupo de alunos devido a diferenças religiosas no interior das escolas se constitui, cada vez mais, em uma nova realidade com que as equipes escolares têm que lidar cotidianamente.

Para Oliveira (2012), a formação de grupos fechados no interior das escolas, impede a aproximação de outros indivíduos ao mesmo tempo em que dá origem a grupos de referência identitária, estreitando relações de dependência entre seus membros ao mesmo tempo em que instituem formas de exclusão, em decorrência disto, de violência na escola, ao inferiorizarem outros indivíduos dentro deste espaço.

Identidade étnica e religião como desencadeadoras de violência

Com vistas à compreensão da violência nas escolas, torna-se necessário explicitar o conceito de identidade adotado no desenvolvimento deste trabalho. Neste sentido, de acordo com Oliveira (2010, p. 11), “a identidade implica um processo constante de identificação do eu ao redor do



outro e do outro em relação ao eu. O olhar sobre o outro faz aparecer as diferenças e a consciência de uma identidade”.

Recorrendo a Silva e Salles (2010, p. 62), é possível afirmar que a identidade “se constrói na relação entre a categorização pelos não membros e a identificação com um grupo étnico particular, isto é, com o sentimento de pertença a um grupo particular”. Assim, o processo de identificação de um indivíduo com um determinado grupo se baseia no sentimento de pertencimento do mesmo em relação ao grupo em questão, “onde a pessoa se reconhece como membro de um grupo e se reconhece nesse grupo”. Desta forma, as relações no interior das escolas são marcadas pela violência simbólica em decorrência das relações de poder que se estabelecem entre os diversos grupos, onde cada um deles tenta impor seu conjunto de valores.

Considerando-se a religião como manifestação social presente também no interior das escolas, que “governa a ordem do indivíduo, mantém um conjunto de práticas e deveres que dão significado e “nomia” à existência das pessoas”, capaz de agregar os indivíduos em grupos, cujas características podem constituir-se em uma referência de identidade, e, portanto, de identidade étnica aos indivíduos que desenvolvem cada vez mais, o sentimento de pertencimento em relação ao mesmo (OLIVEIRA, 2012).

Neste sentido, no que tange à religião como forma de identidade, Oliveira (2012, p. 14) afirma que:

É evidente que as pessoas que experienciam uma determinada fé têm uma lógica própria e acreditam que essa lógica é a mais importante, é a lógica que lhes fornece sentido e significado dentro daquele determinado contexto, portanto a pessoa e /ou o grupo vão defender essa lógica como a mais importante, a mais verdadeira e, talvez, como a única capaz de fornecer sentido à sua própria existência.

De acordo com Oliveira (2012, p. 8), a religião se constitui em um fenômeno cultural que orienta e organiza “o modo de refletir, organizar de maneira cognitiva, ética, política e estética o cosmo e a existência humana”. Deste modo, é possível evidenciar que a religião é capaz, enquanto “depositária de significados culturais, pelos quais indivíduos e coletividade são capazes de interpretar a própria condição de vida”, de determinar a identidade de um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos.



No entanto, é necessário que se evite os excessos, ou seja, que este sentimento de pertencimento e de identificação com um determinado grupo religioso ou étnico se torne absoluto, gerando desprezo ao outro ou a seu grupo, de modo a resultar até mesmo em agressividade e, em diversas formas de violência (ECCO in OLIVEIRA, 2012, p. 32). Nesta perspectiva, o absolutismo religioso adquire um caráter fundamentalista que, em dimensões elevadas pode resultar na intolerância religiosa e, até mesmo em várias manifestações de violência na sociedade e, em especial, no interior das escolas.

Segundo Oliveira (2012, p. 12):

Nos últimos anos assistimos a fragmentações sociais, recrudescimentos de antipatias grupais, repressivas, discriminações sociais e políticas fundamentadas, supostamente, em identidades étnicas, e religiosas. Em todos esses casos, percebe-se que há como pano de fundo uma desvalorização sistemática e a falta de respeito pela vida das vítimas alimentada por um velado desprezo racista. Tais atitudes podem ser visíveis, como também mascaradas [...] O racismo, o desprezo étnico e a intolerância religiosa são preconceitos.

Neste sentido, a violência expressa um preconceito no sentido mais literal da palavra, um pré-julgamento em relação ao outro. Segundo Abramovay (et al, 2002, p. 169), “a violência é um ato que expressa a maneira como a pessoa aprendeu a classificar as pessoas, interpretar as relações entre elas”. Deste modo, em termos religiosos, o preconceito e a discriminação ocorrem a partir da visão de um indivíduo ou grupo de indivíduos que não reconhece ou inferioriza o outro ou os outros.

Não obstante, segundo Oliveira (2010, p. 32), “o preconceito e o racismo são alimentados por crenças, doutrinas, conceitos e concepções acerca do outro e dos grupos sociais”.

A contextualização do campo e do objeto do estudo

Após conceituar e caracterizar brevemente, a violência escolar, tendo como referência a questão da identidade do indivíduo ou de um grupo social, com ênfase na identidade étnica e na religião, estabelece-se aqui, uma contextualização das situações de violência encontradas nas escolas analisadas, tendo como evidências, a observação e os registros de



atendimento aos alunos envolvidos nestas situações, bem como, os registros de atendimento aos pais e/ou responsáveis pelos alunos envolvidos.

Cabe ressaltar que, os registros analisados referem-se à quatro escolas da Baixada Santista, localizadas em regiões periféricas das cidades de Cubatão, Itanhaém, Praia Grande e São Vicente, sendo que, três destas escolas oferecem os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Somente a escola no município de Cubatão oferece apenas os anos finais do Ensino Fundamental em período integral.

Chama atenção, a grande quantidade de alunos pertencentes à igrejas evangélicas, conforme informações constantes nos questionários socioeconômicos arquivados nos prontuários dos mesmos.

Com relação aos registros de atendimento aos alunos, é possível evidenciar que, parte considerável deles (cerca de 40%), diz respeito a situações relatadas pelos professores sobre a negativa dos alunos em fazer as atividades ou, em relação a mudança de lugar. Nestes relatos, é possível considerar as situações em pauta como situações de indisciplina que, poderiam ser resolvidas no âmbito da sala de aula, a partir da mediação do professor.

No que tange à outra parcela dos registros de atendimento aos alunos (cerca de 30%), cabe ressaltar que, os mesmos se referem à situações que envolvem violência verbal, e, em várias situações, violência física contra colegas de classe e, por vezes, contra colegas de outras salas, seja nos horários regulares de aula, seja nos horários de troca de aulas ou de intervalos. Em todos os casos, as equipes gestoras atuam de modo semelhante, mediando os conflitos e, aplicando as sanções cabíveis em se tratando de situações mais graves.

Cabe ressaltar que, as situações que resultaram em violência física tiveram origem em questões como, por exemplo, concorrência por lugares, *sumiço* de objetos e materiais escolares, e, em última instância, disputas por namorados ou namoradas.

O restante dos registros (30%) se referem à situações de violência contra o patrimônio, posto que, relatam depredações dos ambientes, equipamentos e materiais escolares



O que causou estranheza, no entanto, foi o fato de que quando estas situações envolvem crianças e adolescentes evangélicos, as argumentações sobre as razões das agressões e brigas, fazem menção e referência ao desprezo em relação ao *outro* envolvido, atribuindo ao mesmo, características inferiores que denotam discriminação e preconceitos baseados em sua identidade religiosa. Desta forma, expressões como *ele (a) não é da minha igreja* ou *ele (a) merece porque não é irmão (ã)*, são comuns nos registros analisados. Outra expressão reiterada em inúmeros registros de atendimento é a de que *ele (a) não é de deus...*

Sob esta perspectiva, os agressores justificam (mesmo que inconscientemente) seus atos a partir de sua identidade religiosa, baseando-se na “crença de que as verdades em que se crê são reveladas por Deus, e, que a verdade revelada é a única e ‘deve’ ser ‘imposta’ e ‘aceita’ por todos indiscriminadamente” (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

Nesta perspectiva, segundo Oliveira (2012, p. 12), “a ação violenta, então, é vista aqui como a exteriorização de um ato, de uma ação que pode ou não ser violento. Certamente, as ações se expressam e acontecem em uma determinada cultura e são impregnadas de valores morais e simbólicos”. Deste modo, o que é considerado como violência em uma determinada cultura pode não ser em outra, e, analogamente, o que é violência para um determinado aluno adepto de uma determinada religião, pode não se aplicar ao colega de outra opção religiosa.

Um dado importante considerado a partir da observação do pesquisador em relação aos atendimentos dos alunos denota que, os agressores, apesar da mediação realizada pelos gestores escolares, não se arrependem nem sentem culpa ou remorso em relação às suas atitudes, mesmo, ficando passíveis de penalidades e, sem argumentação, reforçam sua postura de superioridade em relação ao aluno agredido, afirmando que os pais estão de acordo com suas ações.

Na maioria dos atendimentos em que os pais foram chamados, as mães compareceram à escola. Porém, antes mesmo de serem informadas das situações, manifestaram-se solidárias aos filhos e filhas, posicionando-se contrárias às posturas adotadas pelos gestores, afirmando que *o filho (a) é*



da igreja e não tem aquele comportamento... que a escola é responsável pelo acontecimento... e, que, deus irá resolver a situação...

Devido a estas posturas, as relações hierárquicas nas escolas têm sido abaladas, uma vez que, os alunos cujas mães ou os pais negam a autoridade temporal, ou seja, dos gestores, acabam tendo ações violentas, em nível verbal, em relação aos gestores. Deste modo, em várias situações, os gestores optaram por não convocar os pais com vistas à solucionar as situações em pauta.

A partir das situações observadas e dos registros analisados, foi possível afirmar, baseado em Oliveira (2012, p. 9) que “quando as imagens são construídas culturalmente e partilhadas pelo grupo, ocorre que aquilo que foge da experiência desse grupo, aquilo que é diferente pode estar submetido a ações violentas, sejam elas físicas, sejam simbólicas”.

Desde modo, o que não é comum ao grupo é objeto de preconceito, e segundo Abramovay (2010, p. 170), “a origem da violência está nos preconceitos, e os tipos característicos de violência são a maneira de expressar os preconceitos. O preconceito é a ideia para a qual a violência é um modo de agir. Ele fala o que a violência faz”.

Assim, a partir das situações de violências registradas e das posturas dos alunos e de suas famílias, é possível inferir a religião se constitui em uma referência de identidade, que determina a ação e a consciência do indivíduo, de modo que, indivíduos que não pertencem ao grupo são desqualificados, negados ou ignorados por não compartilharem os mesmos preceitos ou doutrinas religiosas do grupo em epígrafe.

Neste sentido, é possível destacar posturas preconceituosas e intolerantes por parte de alguns alunos em relação às opções religiosas de outros alunos ou grupos, de maneira que, as situações de violência, em qualquer nível, sejam negadas ou justificadas, posto que, atingem elementos ao grupo de identidade do aluno agressor.



Considerações Finais

Ao final, é possível considerar que a violência na escola assim como na sociedade global, adquiriu novas formas, a exemplo da violência simbólica, baseada na quebra do diálogo e da capacidade de negociação dos indivíduos.

Cabe ressaltar também, que a violência nos espaços escolares, em suas múltiplas formas de expressão, especialmente aquelas relativas às práticas institucionalizadas na sociedade, incluindo-se aí manifestações diversas de discriminação tem se amplificado consideravelmente, tanto em razão das questões internas quanto em função dos fenômenos externos à escola.

Nesta perspectiva, ganha reforço a hierarquização das identidades e, em decorrência disso, a hierarquização das relações de poder entre os indivíduos da escola, de modo que, a diferença entre os indivíduos e grupos no interior dos espaços escolares resulte na exclusão dos mais diversos atores, e, em violência, nas suas várias formas e dimensões, especialmente aquelas relativas às práticas institucionalizadas na sociedade, incluindo-se aí manifestações diversas de discriminação.

Evidencia-se que a religião enquanto manifestação social presente também no interior das escolas, que governa a ordem do indivíduo, mantém um conjunto de práticas e deveres é responsável pela formação da identidade étnica do indivíduo, podendo ser considerada, em alguns casos, como responsável pela violência nos ambientes escolares, se constituindo em fator de menosprezo e inferiorização de indivíduos de grupos religiosos distintos. Deste modo, a violência pode expressar preconceito no sentido mais literal da palavra, ou seja, um pré-julgamento em relação ao outro.

Foi possível considerar também, que a violência nas escolas em virtude do preconceito e da intolerância religiosa não se restringe apenas aos alunos, posto que, de acordo com as situações analisadas, tanto alunos que deflagram as ações violentas, assim como, seus pais e/ou responsáveis, não reconhecem a autoridade das equipes gestoras quando estas não pertencem



aos seus grupos religiosos. Assim, as equipes gestoras optam, em várias situações, por lidar somente com os alunos violentos ou agressores.

Com relação às religiões afro-brasileiras, os registros e observações realizados demonstram que o preconceito é elevado à condição de intolerância, posto que, tanto os alunos quanto suas famílias sequer mencionam a existência das mesmas. Cabe ressaltar que, ao longo dos séculos, as diferenças percebidas como algo negativo deram origem aos preconceitos que geraram e legitimaram os mais variados tipos de violência, simbólica ou não.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam et al. Violências nas Escolas. Brasília: UNESCO, 2002.

ECCO, Clóvis. Fundamentalismo religioso e violência. In OLIVEIRA, Irene Dias de. Religião, etnicidade e violência: relações e legitimações. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, Irene Dias de. Religião, etnicidade e violência: relações e legitimações. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs.). Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.